



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12756 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT17 - Filosofia da Educação

AS PENSADORAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XIX-XX

Rita de Cassia Fraga Machado - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

Hemily Pastanas Marinho - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA NO AMAZONAS - FAPEAM

AS PENSADORAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XIX-XX

Resumo: O presente trabalho é resultado de um estudo realizado em nível de pesquisa acadêmica, no qual revisitamos e analisamos textos teóricos de três pensadoras da educação brasileira. São elas: Dionísia Gonçalves Pinto, também conhecida como Nísia Floresta (1810-1885), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Lélia d'Almeida Gonzalez (1935-1994). O objeto principal desta pesquisa é de natureza teórica, e se justifica pela pequena presença das mulheres no pensamento filosófico brasileiro, o que conseqüentemente cria obstáculos para a inclusão de pensadoras na filosofia canônica. Para integrar o *corpus* do nosso estudo, foram selecionados os seguintes textos: *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832) e *Opúsculo humanitário* (1853), de Nísia Floresta; *A mulher é uma degenerada* (1932), de Maria Lacerda de Moura; e *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), de Lélia Gonzalez. No decorrer da análise teórica desses textos, foi possível identificar elementos específicos do pensamento pedagógico de cada pensadora, os quais, por sua vez, também dizem respeito ao processo de desenvolvimento da educação pública brasileira. Inicialmente, analisamos o tema do acesso à educação formal pelas mulheres, elemento central do pensamento de Nísia Floresta; em seguida, concentramo-nos na obra de Maria Lacerda de Moura, que aborda a questão da conquista, pelas mulheres, do direito ao voto, considerada por ela insuficiente para uma verdadeira emancipação feminina, levando-se em conta as múltiplas realidades das mulheres brasileiras, o que reforça a necessidade de uma educação verdadeiramente libertária. Por fim, concluímos nosso estudo com uma discussão em torno das reflexões de Lélia Gonzalez a respeito da produção conceitual de saberes a partir da amefricanidade, ao propor entender a dinâmica de raça e gênero com base no processo de formação das Américas.

Palavras-chave: Pensadoras, Visibilidade, Educação brasileira, Filosofia da Educação

Introdução

O presente resumo objetiva propor uma discussão sobre a trajetória e a obra de pensadoras brasileiras da educação, mapeando as reflexões pedagógicas de Dionísia Gonçalves Pinto, também conhecida como Nísia Floresta (1810-1885), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e Lélia d’Almeida Gonzalez (1935-1994). Apesar das importantes contribuições que essas mulheres trouxeram ao campo da educação no Brasil, o seu legado ainda precisa conquistar maior visibilidade e reconhecimento.

Metodologia

O método utilizado é a pesquisa bibliográfica, em que selecionamos e analisamos os seguintes textos: *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832) e *Opúsculo humanitário* (1853), de Nísia Floresta; *A mulher é uma degenerada* (1932), de Maria Lacerda de Moura; e *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), de Lélia Gonzalez. Evidenciamos como problema central do nosso estudo o pensamento pedagógico dessas pensadoras brasileiras, cujos nomes foram apagados na história da educação nacional, ao mesmo tempo em que nos propomos a conferir visibilidade às suas reflexões sobre a educação.

Análise e discussão dos dados

Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pinto – 1810-1885)

Professora, escritora e feminista, Dionísia Gonçalves Pinto, ou simplesmente Nísia Floresta, como ficou conhecida, foi pioneira da educação feminista no Brasil. Por se atrever a questionar a estrutura social de seu tempo, ela precisou, ao longo de sua vida, usar múltiplos pseudônimos.

No ano de 1832, Nísia escreveu a obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, na qual faz o seguinte questionamento:

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1833, p. 136).

Ao questionar o tipo de educação destinada às mulheres em sua época, que as impedia de se dedicar ao estudo das ciências, Nísia mostra que esse modelo era proposital. Afinal, para ela, seria impensável para a sociedade brasileira, naquele momento, imaginar essa organização de modo diferente. Uma vez que o formato de educação vigente privava uma boa parte da população de um direito natural de aprendizagem, o lado privilegiado desse contingente populacional, ou seja, os homens, não tinha intenção alguma de se manifestar a favor de uma mudança que poderia ameaçar a sua posição de superioridade em relação às mulheres.

Em 1853, o *Opúsculo humanitário* é lançado. Nele, Nísia faz alguns apontamentos que se tornariam pautas perenes de lutas dos feminismos, permanecendo até os dias de hoje. Dentre eles, a autora questiona o modo como era tratada a educação das mulheres e afirma

que a educação feminina deveria servir como parâmetro do progresso civilizatório, o qual contribuiria para reduzir a miséria. Em suas palavras:

Se se instituísse uma classe pública de operárias em toda a sorte de trabalhos, oferecer-se-ia a uma parte das famílias desvalidas do Brasil não somente um meio seguro de as livrar da miséria, mas ainda de habilitá-las para um futuro que não está longe. (FLORESTA, 1989, p. 132).

Em *Opúsculo humanitário*, Nísia reflete sobre a condição das mulheres brasileiras, destacando que a prosperidade das mães de família, das operárias, das mulheres brasileiras de modo geral, seria o “meio mais seguro” de saírem da miséria e viver integradas de fato à sociedade. No entanto, “Somente na Emenda Constitucional de 1969, Título IV, artigo 176, é que foi reconhecida pela primeira vez a educação como direito de todos e dever do Estado, em nível constitucional” (ZICHIA, 2005, p. 15).

Maria Lacerda de Moura (Maria Lacerda de Moura – 1887-1945)

Propositalmente apagada da história da educação brasileira, Maria Lacerda de Moura, desde a juventude, manifestou interesse pela questão social e religiosa, com uma postura claramente anticlerical (EGGERT; PALHECO, 2010). Formou-se pela Escola Normal de Barbacena em 1904 e começou a lecionar na mesma instituição. Maria foi pioneira anarcofeminista e fundadora da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, juntamente com a bióloga Bertha Lutz. Inicialmente, lutou pelo sufrágio feminino no Brasil, organizando movimentos para a conquista do direito ao voto pelas mulheres brasileiras.

No entanto, os ideais dessa educadora brasileira eram intensamente questionadores, já que, partindo do pressuposto de que o direito ao voto não abarcava todas as questões que envolviam as mulheres de seu tempo, se desvinculou da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Maria iniciou uma aproximação maior com a militância anarquista, envolvendo-se com movimentos proletários e escrevendo artigos com forte teor anticapitalista. “De que vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos para meia dúzia de privilegiadas, tiradas da própria casta dominante, se a maioria feminina continua vegetando na miséria da escravidão milenar?”, questiona. (MOURA, 1932, p. 12).

Desse modo, Maria Lacerda de Moura apresenta, em seu livro *A mulher é uma degenerada*, reflexões no sentido de mostrar que a educação é o único caminho que leva à equidade de gênero nas relações sociais:

A obra da educação científica racional, para ambos os sexos, é o mais perfeito instrumento de liberdade. É a extinção da miséria universal, é o acúmulo de riquezas, é a contribuição para a solidariedade – a moral do futuro. [...] Faz desaparecer o preconceito de classes, elevando o respeito a verdade, o benefício coletivo. [...] Desde a escola primária, o objetivo da educação, como dizia Diderot – é a *utilidade*. (MOURA, 1932, p. 72).

Nesse sentido, é possível entender que a vida em sociedade traça características diferentes para homens e mulheres. Esses atributos são usados para assegurar o “bem-estar coletivo”: a continuidade da nossa espécie. Por outro lado, ela questiona o fato de a vida das

mulheres se resumir ao papel de *esposa e mãe*. Assim, em um dos seus escritos, ela indaga:

É sábio ou generoso, filósofo ou operário, político ou guerreiro, inventor ou andarilho, independente das funções de pai. E por que razão nos dizem com arrogância axiomática: *a mulher nasceu para esposa e mãe*, para o lar? Se homem, socialmente falando, tem fins de preencher independente do sexo, a mulher não menos, é claro. A enfermeira, a operária, a cientista, a escritora, a professora, a médica, etc., entregar-se-á mais bem aos deveres se não tiver filhos [...] Não poderá existir nunca a igualdade natural – é lógico, e ninguém tem a pretensão de ir contra as leis naturais: é a harmonia em uma aparente desarmonia. [...] o que se quer, com a energia indomável, é a igualdade de deveres e direitos. Essa um dia virá. (MOURA, 1932, p. 70).

Por fim, a respeito do pensamento pedagógico de Maria Lacerda de Moura, é necessário enfatizar que, para ela, as mulheres, apesar de fisiologicamente diferentes dos homens, não poderiam ser consideradas intelectualmente inferiores a eles.

Lélia Gonzalez (Lélia d’Almeida Gonzalez – 1935-1994)

Intelectual, militante e feminista negra, a professora Lélia Gonzalez graduou-se em História e Filosofia, lutou contra a discriminação da mulher e, no ano de 1981, foi a primeira mulher negra eleita como uma das “Mulheres do Ano”, pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (RATTS; RIOS, 2010.) Filha de mãe índia e pai preto, Lélia nasceu em 1935, em Belo Horizonte, e faleceu em 1990 no Rio de Janeiro. Ela se destacou por seu pensamento pedagógico, intitulado de *pretoguês*.

Podemos considerar Lélia como síntese de um pensamento pedagógico brasileiro, mas essa mulher preta não se restringiu a esse campo. Lélia foi também conflito e autorrejeição. Conforme adentrava o campo da universidade, os conflitos provocados pelos seus questionamentos sobre quem era iam aumentando cada vez mais a necessidade de discussão acerca da imposição de um “embranquecimento do modo de ser” .

[...] fiz escola primária e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico-brasileiro, porque na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E, claro, passei pelo ginásio, científico, esses baratos todos. (GONZALEZ, 2015, p. 1).

Em uma simbiose com o movimento negro do final dos anos 1960 para o começo dos anos 1970, Lélia e o movimento foram ganhando formas: cabelos alisados deram lugar ao estilo *black power*, assim como os vestidos de cores pastéis foram substituídos por roupas de cores quentes e, o mais importante, criaram-se núcleos coletivos com fins políticos.

As barreiras geográficas e a dominação da identidade cultural dos povos residentes, no que hoje conhecemos como América Latina, não foram suficientes para suprimir ou nomear a pluralidade dos povos. Então, Lélia construiu o conceito de “amefricanidade”, que abrange todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural, que vai desde a adaptação, a resistência, a reinterpretação até a criação de novas formas, mais “afrocentradas”. Desse modo, temos as “amefricanas e americanos”:

As implicações políticas e culturais da categoria amefricanidade (“amefricanity”) são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA. (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Para compreender a amefricanidade de Lélia Gonzalez, se faz necessário entender o processo histórico de colonização da América Latina. Nesse sentido, é preciso resistir à dominação e à hierarquização na produção dos saberes e aos enquadramentos de teorias com discursos coloniais. Compreendemos Lélia em nossos estudos como uma mulher preta inserida nessa dinâmica cultural, educacional e principalmente com um pensamento pedagógico de resistência.

Considerações finais

Levando em consideração o exposto até aqui, na análise teórica das obras de Nísia Floresta, Maria Lacerda de Moura e Lélia Gonzalez, é possível constatar que os textos analisados destas autoras em nossa pesquisa trazem elementos necessários para uma formação pedagógica libertária e feminista, com suas propostas de ofertar uma educação pública de qualidade e libertadora às mulheres brasileiras. Nesse sentido, suas propostas trazem uma contribuição inestimável e atual para a Filosofia da Educação Brasileira.

Desse modo, podemos destacar esses elementos teóricos, com um recorte temporal que se inicia no século XIX com Nísia Floresta, cuja proposta pedagógica pregava o estabelecimento de uma educação formal para mulheres, a qual abarcava o desenvolvimento intelectual feminino por meio do ensino das ciências, o que permitiria o acesso das mulheres aos cargos públicos; perpassa o início do século XX, com Maria Lacerda de Moura e seu pensamento pedagógico, inicialmente voltado aos direitos e deveres igualitários para homens e mulheres, o qual depois amadurece para uma pedagogia libertária, quando a autora passa a entender que o direito feminino ao voto não resolveria, por si só, os problemas de todas as mulheres, o que ocorreria apenas com o acesso a uma educação livre das condicionantes sociais, econômicas e culturais do Estado, da Igreja e do sistema capitalista. Por fim, finalizamos com a exposição e a discussão das ideias de Lélia Gonzalez, no final do século XX, as quais avançam no debate sobre gênero e raça.

REFERÊNCIAS

- FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. In: **Nísia Floresta Brasileira Augusta: uma mulher à frente de seu tempo**. Brasília (DF): Editora Fundação Ulysses Guimarães, 1833. p.109-190.
- FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Introdução e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989. (Biblioteca da educação. Série 3; mulher tempo, v. 1).
- EGGERT, E; PALHECO, O. Maria Lacerda de Moura e a educação libertária para mulheres. In: **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.199-209.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista com Lélia Gonzalez. Carlos Alberto M. Pereira e Heloisa B.de Hollanda. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, 2015.

MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma degenerada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

PEREIRA, Camila dos Santos; PEREIRA, Anamaria Ladeira; POCAHY, Fernando. O pensamento de Lélia Gonzalez na educação: Amefricanidade. **Revista de Ciências Humanas**, Dossiê Educação das Relações Étnico-Raciais, v. 2, n. 21, jul./dez. 2021.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez: retratos do Brasil negro**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no período imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.